

A NOÇÃO DE CAMPESINIDADE E A POSSIBILIDADE DE UMA INTERPRETAÇÃO A PARTIR DO PONTO DE VISTA CAMPONÊS

Neilo Márcio da Silva Vaz – PPGCS/UFPEL¹

vazpiratini@yahoo.com.br

CAPES/CNPq

Eixo 3 – Soberania alimentar, agroecologia e educação ambiental (debate teórico, experiências práticas)

Resumo: O presente trabalho é oriundo de projeto de pesquisa desenvolvido do junto a agricultores de base agroecológica pertencentes à Associação dos Produtores Agroecológicos da Região Sul (ARPASUL) e a Cooperativa Sul Ecológica (CSE), abrangendo um universo de 179 famílias em nove municípios da mesorregião sudeste do Rio Grande do Sul, constituindo-se em um ensaio em que o autor partindo da ideia do campesinato enquanto persistência social e política na configuração da história social brasileira e reconhecendo os limites das narrativas universalizantes, constitui uma primeira aproximação com a noção de *campesinidade*, nos termos de Klass Woortmann. Encontrando elementos que permitem o estabelecimento de uma análise que parta da visão do camponês como sujeito social, tendo-se com isso, a construção de um olhar mais alargado da realidade social em contextos complexos quanto os relacionados à prática da agricultura de base agroecológica.

Palavras Chave: Agroecologia; Campesinidade; Pesquisa.

Introdução

O presente ensaio insere-se dentro do contexto de execução de projeto de pesquisa,² desenvolvido junto a agricultores de base agroecológica³, residentes em nove municípios da mesorregião sudeste do Rio Grande do Sul, totalizando 179 famílias. Versa sobre o fenômeno do campesinato na história social brasileira e o tratamento empregado pelas Ciências Sociais na compreensão do mesmo.

As experiências desenvolvidas por agricultores, baseadas nos princípios da agroecologia, constituem um fenômeno significativo no âmbito do desenvolvimento da ruralidade brasileira e mundial na contemporaneidade. A intervenção de pesquisa nestes contextos revela uma configuração complexa do ponto de vista econômico, político, social e ambiental, componente da reprodução daquilo que é denominado como ‘condição

¹ Sociólogo (Mtb/DRT-RS Nº 970), mestrando em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas na Linha de Pesquisa Desenvolvimento e Meio Ambiente.

² Referindo-se a projeto de pesquisa andamento desenvolvida junto à linha de pesquisa Desenvolvimento e Meio Ambiente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas (PPGCS/UFPeL).

³ O emprego da denominação ‘agricultura de base agroecológica’, diz respeito ao entendimento de que a agroecologia constitui-se num paradigma científico, sob o qual se desenvolve um tipo particular de agricultura, intimamente atrelada a noção de sustentabilidade.

camponesa', entendida enquanto uma tradição sociocultural, que no caso brasileiro, reelabora-se em contextos de estabelecimento de processos de luta pela superação de uma subalternidade historicamente construída.

Tendo-se em vista os limites intrínsecos às narrativas sobre o campesinato, enquanto modelo explicativo dos fenômenos sociais camponeses é buscado uma aproximação com uma perspectiva que seja capaz de dar conta desta complexidade, de maneira que, seja elaborada uma compreensão dos processos sociais, enquanto uma leitura a partir do universo significativo camponês, permitindo a apreensão daquilo que é vivido cotidianamente por sujeitos que têm sua história marcada por um lado, pela subalternidade dentro da estrutura social como um todo, por outro, pela imensurável capacidade de, frente às adversidades, desenvolver uma amplitude de possibilidades processuais baseadas na criatividade, na reciprocidade, na esperança e na capacidade regeneradora.

1 O campesinato como categoria social e política marcada pela persistência na história da formação social brasileira

Diante da polissemia que caracteriza a noção de campesinato nas Ciências Sociais e na sociedade como um todo, é válido elucidar sua particularidade, enquanto categoria social e política, constituinte da formação social brasileira.

A presença camponesa em nossa sociedade assume características próprias relacionadas aos processos sociais e econômicos que marcam toda a nossa formação social. Segundo Wanderley (1996, p. 02),

o campesinato brasileiro tem características particulares - em relação ao conceito clássico de camponês - que são o resultado do enfrentamento de situações próprias da história social do país e que servem hoje de fundamento a este 'patrimônio sociocultural', com que deve adaptar-se às exigências e condicionamentos da sociedade brasileira moderna.

A presença da condição camponesa é intrínseca à sociedade, de maneira que, do ponto de vista sociológico, é importante perceber os aspectos sociais que estão envolvidos na construção social da persistência da condição camponesa. Sobre essa relação do campesinato e sua persistência social, Marques (2008, p. 60) afirma que

a relação dialética entre elementos constitutivos da tradição e da modernidade perpassa toda a sociedade brasileira e está relacionada aos processos que caracterizam o desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo. Não se pode afirmar um destino pré-determinado para o campesinato em nossa sociedade. O destino desta classe social se define ao longo de sua própria história, a partir das posições que ela ocupa no campo de lutas que se forma em torno da questão agrária e das escolhas e estratégias que adota em face dos possíveis historicamente determinados.

Dessa maneira, no caso brasileiro, o campesinato encontra-se presente de maneira diferenciada na configuração do desenvolvimento capitalista ao longo da história, assumindo protagonismos no que tange a processos de natureza econômica, política, social e cultural, demarcando um lugar muito particular para esses atores dentro da história. De acordo com Welch, Malagodi, Cavalcanti e Wanderley (2009, p.14),

na construção da formação social brasileira, o modo de existir reconhecido pela forma camponesa, menos que um peso da tradição da estabilidade e de longas genealogias, como ocorre, por exemplo, em formações sociais europeias, é uma ideia-valor, orientadora de condutas e de modos de agregação familiar ou grupal. Na qualidade de valor, é um legado transmitido entre gerações, reatualizado e contextualizado a cada nova geração que investe nessa adesão política.

Nesse sentido a categoria ‘camponês’, é tomada a partir daquilo que sua existência imprimiu e imprime na sociedade, inserida numa modernidade que, nos termos de Martins (2000), apresenta-se de uma forma anômala e inconclusa. Sendo considerado aquilo que diz respeito a sua persistência em termos de suas experiências econômicas, socioculturais e políticas em que se faz presente o camponês como sujeito social.

Na visão sociopolítica de Welch, Malagodi, Cavalcanti e Wanderley (2009), interessa perceber aquilo que se encontra intrínseco à história formativa do modo de vida camponês que, na visão desses autores, implica pensar em termos da

universalidade da presença do campesinato, que abarca os diversos espaços e os diferenciados tempos. E também, por outro, a variedade de existências contextuais, visto que essa variedade só indica a valorizada adaptabilidade dos agentes e dos princípios abrangentes de constituição da forma camponesa. Portanto, mesmo que corresponda à revalorização de uma tradição (patrimônio de valores institucionalizados nas memórias e na projeção social), a reprodução do campesinato nas sociedades contemporâneas é um fato social do mundo moderno, e não resquício do passado. Por essa perspectiva, ultrapassa-se a velha e surrada concepção unilinear da inexorável decomposição do campesinato. Como os processos históricos têm demonstrado, ela não é tendência geral ou lei inevitável. Em vez dessa concepção que, reafirmando a substituição das classes fundamentais, augura (e até vaticina) o fim do campesinato, escolhemos pensar e registrar as múltiplas alternativas, resultado de conquistas e resistências de atores sociais que se referenciam a um

modo de produzir e viver coexistente com um mundo moderno (WELCH, MALAGODI, CAVALCANTI, WANDERLEY, 2009, p. 16).

Assim, a persistência do campesinato na sociedade contemporânea, é considerada tanto pelas especificidades socioculturais como por aquilo que diz respeito à relação estabelecida com a sociedade em geral, de forma que se pode considerar essa condição como parte dos processos econômicos, políticos, sociais e culturais que configuram a contemporaneidade social.

Sob essas condições é possível falar sobre aquilo que Wanderley (1996) chama de “patrimônio sociocultural do campesinato brasileiro”, no sentido do que a autora denomina ‘modelo original’, ao qual os agricultores contemporâneos pertencem em maior ou menor intensidade. As evidências históricas constituem o modo de vida camponês que, nos termos de Wanderley (1996, p. 08) remete “às lutas por um espaço produtivo, pela constituição do patrimônio familiar e pela estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho da família”. Desse modo, a experiência camponesa no Brasil é fundamentalmente marcada pelo estabelecimento de processos de superação da condição subalterna na sociedade como um todo, de forma que, diferente de outras realidades, a oposição entre camponeses e latifundiários não se apresenta apenas como palavras que demarcam espaços políticos, conforme afirma Martins (1981, p. 22):

camponês e latifundiário – são palavras políticas que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são portanto meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra *camponês* não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas pretende ser também a designação de um destino histórico.

Isso demonstra que o campesinato está colocado, enquanto uma condição particularizada, em um universo significativo pertencente a sujeitos sociais diferenciados, segundo a forma com que em determinados tempos e espaços vivem sua condição social. Constitui-se, portanto, uma persistência, enfatizada por Wanderley, quando escreve que

o campesinato, mesmo tendo perdido a significação e a importância que tinha nas sociedades tradicionais, continua a se reproduzir nas sociedades atuais integradas ao mundo moderno. Pode-se identificar, portanto, em diversos países, na atualidade, setores mais ou menos expressivos, que funcionam e se reproduzem sobre a base de

uma tradição camponesa, tanto em sua forma de produzir, quanto em sua vida social (WANDERLEY, 1996, p. 06).

Dessa forma, a consideração acerca da atualidade dessa categoria encontra-se em consonância com Marques (2008), que considera esse conceito, em função de sua densidade histórica, que remete a um passado de lutas no campo e ao futuro como possibilidade.

2A anunciada morte do campesinato ou de suas narrativas?

Assim como outras grandes narrativas sociais, como as análises sobre o ‘mundo do trabalho’, por exemplo, os estudos sobre o campesinato ocupam destacada importância na história das Ciências Sociais, enquanto espaço de compreensão dos processos constitutivos da sociedade.

O anúncio da ‘morte do campesinato’, enquanto experiência humana e foco interpretativo, juntamente com outras mortes anunciadas, faz parte de um quadro narrativo que em relação à reprodução social do mundo rural,

há quem pense que a história se encarregou de cumprir a utopia. A ideia hegeliana de um fim da história foi reavivada na segunda metade do século XX na forma de fim da diferença entre campo e cidade. Ela também ressurgiu em outra variante: o fim da diferença entre sociedade e natureza, depois que a biotecnologia prometeu apagar a distinção entre objetos naturais e objetos artificiais. Fim da diferença, portanto, entre campo e cidade, entre natureza e artifício, entre realidades naturais e realidades virtuais, entre sujeitos e avatares, entre corpo e prótese. A técnica e sua expressão em dinheiro converte distâncias enormes em tempos quase instantâneos e comprime em espaços contíguos tempos vastamente afastados; ela promete anular assim o próprio tempo e o próprio espaço. Ou pelo menos assim é a promessa da pós modernidade (ALMEIDA, 2007, p. 167).

Encontrando-se nestas leituras apresentadas por muitos setores como um suposto ‘paradigma pós-moderno’, uma mistificação no sentido de Shanin (2005), pois, nesta perspectiva há como ponto de partida a consideração acerca da realização da modernidade como algo dotado de uma não realização histórica e de uma universalidade, ou seja, inexoravelmente chegamos ao fim da história como realização humana. Essas considerações, do ponto de vista das Ciências Sociais, suscitam a busca por um caminho que tangencie cientificamente tais leituras, visto que, os fatos demonstram uma vivacidade política e social do campesinato ao redor do mundo.

Diante de tantas experiências notadamente constituintes de processos reelaboradores da condição camponesa existentes em nossa contemporaneidade, torna-se alheio à realidade, qualquer referência que tome como ponto de partida a ‘morte’ do campesinato como experiência humana. Sobre isso Mauro de Almeida, em um trabalho focado no mapeamento de temas e autores, orientado para direções gerais do pensamento acerca do campesinato, constata que

Parece haver um declínio no programa de pesquisa de camponeses mesmo de um programa de pesquisa do rural. O campesinato morreu como alvo de um programa de pesquisa? Ou o que morreu foi antes um paradigma teórico, deixando em seu lugar temas díspares que não são unificados por uma teoria? Os novos temas e métodos são tão novos como parecem? Essas são algumas das perguntas feitas aqui. E como é possível falar de morte do campesinato quando os sem-terras no Brasil e os zapatistas de Chiapas são talvez os principais movimentos sociais latino-americanos contemporâneos?(ALMEIDA, 2007, p. 157).

Diante disto, em verdade, há uma espécie de esgotamento das narrativas constituintes de toda uma tradição interpretativa que tange a temática do campesinato.

Como pano de fundo desta visão encontra-se, segundo Almeida (2007), uma tendência de pensar a perspectiva paradigmática e a realidade social como equivalências enquanto realizações no mundo. Sobre isso o autor pontua que

essa morte (anunciada por muitos e título do livro de Henri Mendras) significaria a morte de civilizações tradicionais, de sociedades camponesas e de lógicas econômicas camponesas. Em minha opinião, porém, o anúncio da morte da antropologia do campesinato requer no mínimo uma autópsia mais cuidadosa do suposto cadáver. Quem diz “morte do campesinato” está usando um conceito que unificava, nas várias narrativas agrárias, uma multidão de objetos e de características. Esses objetos e suas características não foram eliminados pela modernização e globalização. Talvez seja o conceito de “campesinato” que perdeu a capacidade de iluminar como antes esses objetos (ALMEIDA, 2007, P. 166).

A narrativa sobre sociedades agrário-camponesas, segundo a leitura de Almeida (2007), pode ser mapeada a partir de focos e temas, destacando-se como três grandes vertentes de pensamento as de cunho culturalista agrário, as de tendências sociológicas e àquelas que tratam o campesinato como sistema econômico e como classe.

Os estudos que compõem a corrente culturalista, na compreensão de Almeida (2007), é fruto da combinação de influências da história medieval e da etnografia rural, que abrangendo trabalhos sobre ‘civilização’ e ‘culturas agrárias ou rurais’, compuseram as noções de ‘cultura agrária’, ‘cultura camponesa’, ‘cultura neolítica’; ‘civilizações agrárias e

rurais’. Por um lado, recebem influências da tradição europeia, tendo-se a constituição de uma visão que trabalha com a ideia de uma ‘totalidade cultural’, por outro, a partir da vertente norte americana, desenvolve-se a noção de campesinato como sociedade parcial. Fundamentalmente, estas leituras dos processos camponeses, trabalham com a busca de traços socioculturais, que permitam a identificação das particularidades que caracterizam os diferentes grupos camponeses, enquanto totalidades culturais. No Brasil, esta vertente está presente na constituição dos mapas culturais advindos dos processos de ocupação territorial, através das grandes rotas de ocupação.

Do ponto de vista político, há interessantes processos políticos relacionados a estas leituras, visto que, conforme Almeida (2007, p. 159):

a construção de culturas camponesas dotadas de peculiaridades linguísticas, religiosas, tecnológicas e sociais – que vão de modos de falar a regras de propriedade – pode funcionar como arma política para a reivindicação de direitos fundiários, jurídicos, educacionais e de outros dos quais muitos são desprovidos. A cultura liga por assim dizer as pessoas à terra; dessa forma, grupos portadores de cultura ganham passaportes para direitos de cidadania. Identidades étnicas e culturais são armas que muitos grupos minoritários podem utilizar para se defenderem contra outros grupos mais fortes.

Tendo-se, segundo constatação deste autor, uma produção atualizada fundada nesta vertente, valendo ressaltar a substituição das noções de ‘cultura camponesa’ ou de ‘civilização agrária’, por ‘populações tradicionais’, provavelmente, em função de seu intrínseco potencial de operacionalização política.

No que diz respeito à tradição, caracterizada por Almeida (2007) como “estudos sociológicos”, o foco centra-se na análise de ‘sociedades camponesas’ e de ‘mudança cultural’, em que

o resultado foi a construção de um modelo de estrutura social camponesa amarrado pelas relações de parentesco e compadrio e controlado por ideologias religiosas e fetichistas, visto não como uma civilização autônoma, mas sim como uma parte subordinada de uma sociedade cujo poder e cujo *mainstream* cultural se concentra nas cidades (ALMEIDA, 2007, p. 159).

Tendo-se a elaboração de um quadro interpretativo que abrange relevantes produções, como a visão de “sociedades parciais” de Robert Redfield, quando do tratamento dos campesinatos sul-americanos, tendo-se conforme Almeida (2007, p. 160) “um modelo de sociedade rural organizada em laços diádicos e moralmente orientada pela imagem do bem limitado”.

Dentro desta perspectiva, também se encontra as leituras baseadas na noção de moral social, desenvolvida como “economia moral”, como são os casos de Michael Taussig (1980) e James Scott (1976), que segundo Almeida (2007) tomaram essas perspectivas dentro de um viés não conservador, enfatizando os aspectos de seu papel, enquanto linguagem crítica camponesa ao capitalismo.

Ainda, destacam-se os trabalhos de Sidney Mintz (1960) e Eric Wolf (1955, 1970) que deram conta da relação entre os campesinatos tradicionais sul-americanos e a estrutura social das *plantations*, havendo uma configuração em que convivem no mesmo tempo histórico campesinatos atrelados a estados civilizatórios tradicionais e neo-campesinatos, integrados ao sistema de *plantations*. Nesse esquema de pensamento, convivem diversos tipos de campesinato, articulados a poderes urbanos, ou seja, o campesinato é considerado como *part-societies*.

As tendências que consideram o campesinato como sistema econômico e como classe, segundo Almeida (2007), tem sua gênese na Rússia, a partir da combinação entre as perspectivas de Chayanov (1966, 1985), Karl Polanyi (1944) e a retomada das ideias de Karl Marx sobre camponeses independentes ou *farmers* expressas no terceiro volume de *O capital*. Desse ‘caldo cultural’, conforme Almeida (2007) se consolida uma visão que trabalha com a noção de um ‘campesinato-classe’, em que atrelados a uma perspectiva estrutural, abordam o campesinato a partir de sua relação com o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Ainda, derivado desta retomada da escola russa, desenvolvem-se abordagens que consideram o campesinato, segundo sua lógica interna, tendo-se a ideia de um modo de produção camponês. Bem como, também o autor identifica o surgimento de perspectivas que unem as ideias da ecologia cultural de Julian Steward, da economia de Chayanov, da teoria de sistemas de troca de Polanyi e das teorias demográficas de Esther Boserup, tendo-se como enfoque os grupos domésticos, como unidade analítica e sistema social, operadas segundo uma lógica social própria.

Conforme o entendimento de Almeida (2007), mesmo que sob diferentes ênfases e interesses, todas essas perspectivas acerca do campesinato, tem um fio condutor comum, qual seja, a instituição de uma narrativa universal, em que

para todos a categoria de “campesinato” permitia subsumir uma enorme variedade de objetos locais sob uma única linguagem teórica, a de uma narrativa do atraso para o progresso: contra ou a favor dele. A teoria do campesinato é parte de uma história da modernização (ALMEIDA, 2007, p. 167).

Sendo assim, é essa narrativa que se encontra em estado de morte e não o campesinato, enquanto experiência histórica e social. Sobre esta necessária distinção, este mesmo autor, assinala que

precisamos distinguir aqui duas mortes: a morte do paradigma camponês e o fim das pessoas e situações que eram pensadas nos termos desse paradigma. Fazendo essa distinção, há, é claro, a possibilidade de que as pessoas e situações que o paradigma englobava tenham desaparecido ou estejam caminhando para a morte rápida; seria esta, então, a explicação para o fim do paradigma camponês. Mas há também outra possibilidade: a de que o paradigma camponês tenha morrido por causas internas e conceituais – sem que as pessoas e situações que ele pensava estejam menos vivas por causa disso (ALMEIDA, 2007, p. 168).

Demonstrando que, as classificações, as nomeações, os lugares e os destinos concebidos para o campesinato, compõe um grande quadro interpretativo da realidade, em que toda a variedade de ações componentes dos modos de vida camponeses, eram situados, como diz Almeida (2007), no interior de uma espécie de ‘grande romance do mundo contemporâneo’, em que os atores sociais atuavam como

geograficamente situados na fronteira entre as paisagens primevas e as aglomerações industriais, temporalmente situados na passagem da barbárie dos coletores-caçadores para a ordem estatal; sociologicamente constituídos como um mosaico de relações de parentesco e de vizinhança; epistemologicamente encerrados em visões de mundo fechadas e arcaizantes; economicamente a meio caminho entre dádiva e mercado. Havia gêneros épicos, dramáticos e romanescos para tratar dessa transição; modos individuais e modos coletivos de trajetórias aventureiras ou melancólicas “do campo à cidade” (ALMEIDA, 2007, p. 169).

Desta maneira, a grande narrativa, construída a partir do ‘fato social agrário’, é em si, uma representação condicionada pelas contingências de um projeto modernizante, sendo a morte do campesinato, conforme define Almeida (2007) “a morte de um sistema de pensamento”, que cada vez mais se distancia da realidade social e história camponesa, ou seja,

a dissolução nominalista do campesinato e das “sociedades agrárias” enquanto categoria mestra é real; mas não menos real é a reativação da política indígena, nativa, *grass-root*, étnica. O fim do campesinato se dá ao mesmo tempo em que se ativam como nunca discursos e práticas de democratização rural, de autogoverno ambiental, de políticas de gênero contra-hegemônica cujos atores são atingidos por barragens, de indígenas que passaram por movimentos de revivalismo étnico, caboclos que se redescobriram índios, seringueiros que se transfiguraram em povos da floresta, caiçaras que se tornaram povos dos mares, marginais que viraram quilombolas, mulheres-ecólogas, velhos; sem-terra, sem-teto (ALMEIDA, 2007, p. 170).

De maneira que, diante de um quadro social e político altamente complexo, as realidades sociais camponesas, impõem um paradoxo em que

o fim da “antropologia das sociedades agrárias” anda junto com uma enorme vitalidade de fragmentos que se aninhavam nas categorias antigas de campesinato – barrancos e florestas, ilhas e praias, chapadas e brejos, babaquais e açazais, canaviais e cafezais; ribeirinhos e seringueiros, quilombolas e caiçaras, sertanejos e montanhese, coletores e plantadores; saberes, tradições, memórias; fazeres (ALMEIDA, 2007, p. 177).

Desta forma, só é possível anunciar uma morte, referente à dos grandes universais sociológicos, no sentido da elaboração de narrativas capazes de abarcar a experiência dos campesinatos em uma totalidade universal, o que em experiências históricas como as dos países dependentes, facilmente, incorrerá naquilo que Shanin (2005) denomina como ‘mistificação’, enquanto elaboração teórica que parta de ideias, alertando para o fato de que essas abordagens “a-históricas e fora do contexto, costumam odiosamente se transformar em reificações da realidade ou, o que é ainda pior, em manipulações conscientes pró-políticos espertos ou acadêmicos caçadores de prestígio. Eis por que, e como, os camponeses se tornam uma mistificação” (Shanin, 2005, p. 02), impondo-se a necessidade da constituição de abordagens da realidade social que partam da visão do sujeito camponês.

3 A noção de agroecologia e a campesinidade para pensar os processos sociais camponeses

O termo agroecologia é amplamente utilizado associado à noção de agricultura sustentável ou referindo-se a determinadas práticas agrícolas relacionadas a modelos tecnológicos que se baseiam na diminuição de impactos ao meio-ambiente, o que gera uma miscelânea de associações, classificadas por Caporal (2008) como uma “vulgarização”, gerada pela confusão entre as aplicações e a dimensão relacionada à natureza de ruptura paradigmática, que se encontra implícita na noção de agroecologia em sua acepção fundante. Na visão desse autor, esse tratamento conferido à agroecologia não dá conta do seu potencial, enquanto matriz disciplinar, que, em última análise, nos termos de Caporal (2008, p. 39), “expressam um enorme reducionismo do significado mais amplo do termo Agroecologia, mascarando sua potencialidade para apoiar processos de desenvolvimento rural mais sustentáveis”.

O fato é que nenhum dos usos associados é capaz de encerrar em si o que a agroecologia significa, em termos de perspectiva paradigmática, que na conceituação apresentada por Sevilla Guzmán (2002, p. 18), “a Agroecologia se propõe não só a modificar a parcelização disciplinar, senão também a epistemologia da ciência, ao trabalhar mediante a

orquestração de distintas disciplinas e "formas de conhecimento" que compõem seu pluralismo dual: metodológico e epistemológico", situando a agroecologia enquanto resultado de um movimento operado no interior das ciências relacionadas ao desenvolvimento rural sustentável em que, fundamentalmente, está em curso a instituição de uma nova abordagem científica, que une o conhecimento de diferentes disciplinas científicas, com os saberes tradicionais, firmando-se juntamente ao debate ambientalista mundial como uma efetiva contraposição ao modelo de agricultura instituído pela Revolução Verde.

Segundo esta visão, o processo produtivo é visto como um processo social, múltiplo em suas dimensões econômica, social, cultural e política. De acordo com Guzmán

o aporte fundamental da Agroecologia tem uma natureza social, uma vez que se apoia na ação social coletiva de determinados setores da sociedade civil vinculados ao manejo dos recursos naturais, razão pela qual é também, neste sentido, sociológica (GUZMÁN, 2002, p. 18).

Desta forma, a noção de agroecologia está associada a processos sociopolíticos relacionados à instituição de mecanismos de ação coletiva, que são capazes de criar alternativas a partir de suas potencialidades intrínsecas, estando à questão da geração de impactos ambientais colocada numa escala horizontal no processo de produção, circulação e consumo de alimentos. A agroecologia, então, pode ser definida como

o manejo ecológico dos recursos naturais através de formas de ação social coletiva, que representem alternativas ao atual modelo de manejo industrial dos recursos naturais, mediante propostas surgidas de seu potencial endógeno. Tais propostas pretendem um desenvolvimento participativo desde a produção até a circulação alternativa de seus produtos agrícolas, estabelecendo formas de produção e consumo que contribuam para encarar a atual crise ecológica e social (GUZMÁN, 2002, p. 11).

Desta maneira, a constituição de experiências camponesas baseadas na agroecologia, constitui-se enquanto processos sociais camponeses, que abarcam fenômenos econômicos, políticos e sociais que fazem parte da constituição do campesinato em nossa contemporaneidade.

Nesta direção, a noção de campesinidade, pelas suas características intrínsecas, conduz a pesquisa no sentido da construção de uma abordagem de pesquisa que permite a elaboração de uma interpretação que tomando o ponto de vista do camponês, permite o

avançopara além das narrativas universalizantes, permitindo pensar o campesinato a partir de suas particularidades sociais e históricas, ou seja, a partir daquilo que o determina como fruto de um processo construído por sujeitos sociais.

Na elaboração de Woortmann (1990), o campesinato é entendido não mais sob uma ótica economicista, mas como uma qualidade presente em maior ou menor grau em grupos específicos, apresentando-se como algo que está referenciado na tradição, mas, constantemente, sendo reelaborado a partir dos condicionantes sociais e históricos de cada época. Essa ‘qualidade’, refere-se a uma dimensão ética camponesa, configuradora em última instância, de uma moral.

O distanciamento de uma leitura economicista na compreensão do campesinato na leitura do referido autor, quando da concepção daquilo que denomina ‘campesinidade’, não se dá em função de uma escolha pela refutação da dimensão econômica na constituição das relações sociais nos modos de vida camponeses, mas, se dá em primeiro lugar pelo objetivo central do trabalho, que nas palavras de Woortmann (1990, p. 11) “é ensaiar uma primeira aproximação, a partir da etnografia brasileira do campesinato ao que chamo de ética camponesa, constitutiva de uma ordem moral, isto é, de uma forma de perceber as relações dos homens entre si e com as coisas, notadamente, a terra”. Ou seja, o seu intuito é conceber uma investigação centrada em dimensões valorativas do modo de vida camponês, considerado como um modo de vida particular, mas, engendrado no interior de uma determinada sociedade, em que é socialmente constituído e constituinte. Sobre isso, ressalta que

Todo colono, sitiante, posseiro, etc. de carne e osso é ao mesmo tempo, construtor da história e construído por ela e, portanto, um ser em contínua transformação. Se a história é produtora de ambiguidades, cada pessoa é igualmente ambígua, na medida em que a história individual encerra a história geral da sociedade (WOORTMANN, 1990, p. 16).

Em segundo lugar, se dá em função da perspectiva teórico-metodológica que guia seu trabalho, qual seja a busca pela constituição de uma abordagem de pesquisa etnográfica⁴, o que implica considerar na construção compreensiva da realidade social, o universo significativo que constitui a sociedade estudada. Nas palavras de Woortmannn (1990, p. 12) objetivo do trabalho neste caso

⁴ No que tange a concepção de etnografia, o referido autor encontra-se em consonância com a perspectiva semiótica de Clifford Geertz, apresentada em *The Interpretation of Cultures* (1975).

não é tratar o camponês como um “pequeno produtor”, objeto de uma análise objetiva de sua objetividade, mas tentar uma interpretação subjetiva – pois se trata da minha perspectiva – de sua subjetividade. Neste plano, por exemplo, o conceito de valor-de-uso ganha outro valor: o de uso enquanto valor. Passa a significar uma categoria do discurso acadêmico que expressa um valor do discurso camponês.

De maneira que, o universo significativo camponês é o ponto de partida para uma elaboração compreensiva das dinâmicas sociais, estando à pesquisa “não para dizer que o sitiante é camponês, mas para dizer o que é a campesinidade, a partir de sua fala” (Woortmann (1990, p. 20).

Desta forma, dentro desta lógica de pensamento a estruturação do universo sociocultural camponês, se dá a partir da tríade terra, trabalho e família, pensadas enquanto categorias nucleantes e relacionadas entre si, configurando a produção social do universo valorativo camponês, que é sempre histórico e contextualizado. Sobre isso, nos termos do autor

O modelo que imagino lida, portanto, com seres históricos e não deve dar margem a reificações. Ele é também histórico na medida em que a passagem de uma ordem moral para uma ordem econômica é, efetivamente, um processo multissecular por onde passa todo o mundo ocidental (WOORTMANN, 1990, p. 16).

O que não significa pensar em termos de um contínuo, pois, conforme ressalta Woortmann (1990, p. 16) “a trajetória camponesa não é, contudo, linear. Um movimento que se dirige a uma dimensão da modernidade pode ser, ele mesmo, necessário para que haja outro movimento, o de reconstruir a tradição”, sendo considerada, dentro desta perspectiva, não como a sobrevivência do passado no presente, mas, a construção das possibilidades do futuro a partir do presente.

Neste sentido, as experiências encontradas em intervenção de pesquisa realizada em contextos de desenvolvimentos de uma agricultura de base agroecológica, revelam-se como experiências em que se encontra elementos referentes a uma reelaboração de uma tradição camponesa, o que suscita a constituição de uma interpretação que pretenda incorporar na elaboração da mesma, o ponto de vista dos sujeitos pesquisados.

4 Considerações Finais

O objetivo central do trabalho esteve centrado na busca por uma primeira aproximação com uma perspectiva que permita conceber um estudo a partir da visão dos sujeitos sociais em contextos marcados pela experiência de desenvolvimento de uma agricultura de base agroecológica. Somente a compreensão a partir da visão dos camponeses, pode ser um caminho possível à constituição de uma narrativa do campesinato, que não seja o reflexo da imaginação, aspiração e imagem da lente daquele “que fala de”, passando-se a uma fala “a partir de”, ou seja, tecendo uma narrativa que emerge da rede de significados que constitui substantivamente os universos significativos camponeses.

O entendimento dos camponeses como categoria social e política persistente na configuração da história social do caso brasileiro, permite pensá-los, enquanto sujeitos dotados de uma história social, diferenciando-os socialmente e os recolocando como sujeitos sociais e políticos capazes de ter seu lugar na composição de uma história geral da humanidade, ou seja, tratando-se da possibilidade de um por vir social marcado pela superação da condição subalternahistoricamente constituída.

Diante dos limites encontrados nas narrativas universalizantes, no tocante a dificuldade de oferecer elementos que permitam a interpretação de realidades tão dispersas e complexas, a noção de campesinidade, nos termos desenvolvidos por Klass Woortman, em função de sua perspectiva de distanciamento do economicismo e da adoção da abordagem etnográfica da realidade social, apresenta-se como um caminho possível para elaboração de um estudo que seja capaz de compreender a totalidade do fenômeno social camponês em contextos de desenvolvimento de uma agricultura de base agroecológica, compreendendo-se que campesinidade se reproduz nestas realidades. De forma que, não se imponha pela prática científica mistificações acerca destas experiências, o que significaria caminhar na direção contrária daquilo que encerra um dos mais dignos papéis das Ciências da humanidade, qual seja o de ampliar os discursos humanos e, com isso a capacidade dos povos de entre si, engendrar processos sociais humanamente positivos.

5 Referências

- ALMEIDA, B. W., Mauro. Narrativas agrárias e a morte do campesinato. **Revista Ruris**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 157-186, 2007.
- MARQUES, M.I.M. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Revista Nera, UNESP, Ano 11, n. 12 . Jan./Jun., 2008.
- MARTINS, J.S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- SEVILLA GUZMÁN, E. **Aperspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002
- SHANIN, T. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Revista Nera. Presidente Prudente. Ano 8, n. 7, jul/dez 2005, p. 1-21.
- WANDERLEY, M.N.B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX encontro anual da ANPOCS. Gt17. Processos sociais agrários. Caxambu, MG. Outubro 1996.
- WELCH, C. A; MALAGODI, E; CAVALCANTI, J. S. B. ; WANDERLEY, M. N. B. (orgs.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. v.1. São Paulo: UNESP; Brasília (DF): Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009
- WOORTMANN, K. **Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral**. Anuário Antropológico, Rio de Janeiro, n. 87, p. 11-73, 1990.
- WOORTMANN, K. **Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral**. Anuário Antropológico, Rio de Janeiro, n. 87, p. 11-73, 1990.